

Lei 11015 — O Direito Legal de Córdoba, Argentina, a Saber Quando a IA Fiscal É Usada Contra Si

AI in the Public Sector · Boa prática · Argentina

Pontuação de qualidade: 67/100

Força da evidência: Descritivo / autorreportado

Sumário

Córdoba tornou-se a primeira jurisdição argentina a inscrever o uso de IA no seu Código Tributário: os contribuintes devem ser informados quando a IA sinaliza uma discrepância ou estima a sua dívida, recebem os critérios utilizados, e os modelos são sujeitos a auditorias independentes de viés — enquanto um funcionário humano toma sempre a decisão final.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Evidence of impact / measured public value	1/3
Transparency, fairness & accountability	3/3
Transferability / demonstrated replication	2/3
Scalability beyond pilot	1/3
Governance, capability & sustainability	3/3

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

C-NAPSE web research — acedido a 2026-09-10

Dirección General de Rentas, Province of Córdoba (Ministerio de Economía y Gestión Pública de Córdoba) — acedido a 2026-09-10

CIAT: Artificial Intelligence and Taxpayers' Rights — The Innovative Case of the Province of Córdoba — acedido a 2026-09-10

Government of Córdoba: text of the amended Tax Code provisions (Law 11015) — acedido a 2026-09-10

Ámbito Financiero: Uso de la Inteligencia Artificial y TICs en materia tributaria — acedido a 2026-09-10

Citar — Evidoria. *Lei 11015 — O Direito Legal de Córdoba, Argentina, a Saber Quando a IA Fiscal É Usada Contra Si*. ID persistente: 400e9050-c25b-4ea5-bf20-ace48d5b03b4.